

RESTAURAR E CONSERVAR: UMA TRAJETÓRIA DE REFLEXÃO E PRÁTICA

ENTREVISTA COM BEATRIZ RAMOS DE VASCONCELOS COELHO

José Antônio Orlando¹

A história de vida da professora emérita da UFMG Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho é inseparável da conservação, da restauração e do ensino sobre as Artes Plásticas em Minas Gerais. Nascida em Pernambuco, ela adotou Belo Horizonte como sua cidade no final dos anos 1950, junto com o marido, o professor Marcelo de Vasconcelos Coelho, que foi reitor da UFMG no período de 1969 a 1973. A trajetória de Beatriz Coelho na UFMG teve início em 1972, quando ela, recém-formada na Escola Guignard e já atuando como professora, foi indicada por Yara Tupinambá, professora da Escola de Belas Artes da Universidade, para ensinar as técnicas da xilogravura. Cinco anos depois, em 1977, Beatriz Coelho assumiu o cargo de diretora da Escola de Belas Artes



Desde então, são décadas de dedicação integral ao ensino e à pesquisa na universidade e à formação de especialistas no restauro de bens históricos, com um legado incomparável para o mundo acadêmico e para o patrimônio da arte e da história, salvando obras importantes que estavam se perdendo e resgatando relíquias sacras que foram produzidas por grandes mestres da pintura, da escultura. Em 1980, Beatriz Coelho foi responsável pela idealização e implantação do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (Cecor), uma unidade da Escola de Belas Artes da UFMG dedicada à pesquisa e à formação de profissionais dedicados à restauração de bens do patrimônio histórico, artístico e cultural do Brasil.

Beatriz Coelho ocupava o cargo de vice-diretora da Escola de Belas Artes, em 1976, quando recebeu um importante desafio. Foi localizado um conjunto de 13 obras valiosas em um depósito da Prefeitura da Cidade Universitária, no *campus* da UFMG, mas elas estavam muito

danificadas. As 13 pinturas eram uma raridade, assinadas por Dakir Parreiras (1893-1967), filho do pintor Antônio Parreiras (1860-1937), e o reitor da universidade, Eduardo Osório Cisalpino, solicitava que a Escola assumisse o trabalho de restauração. Trabalhando em equipe com um técnico do Iphan, Geraldo Francisco Xavier Filho, enfrentou o desafio de restaurar as obras – que haviam sido produzidas com uma antiga técnica de *marrouflage*, em que a pintura é colada à parede com argamassa.

As pinturas foram finalmente restauradas em um trabalho minucioso e depois foram reinstaladas no Conservatório da UFMG, nas paredes laterais do auditório. Depois de enfrentar este desafio histórico, a professora passou a buscar meios e recursos e decidiu investir no aprendizado e no ensino das técnicas de restauração, uma atividade na época pouco conhecida pelos professores que atuavam nas escolas de artes plásticas. Em seguida vieram também outras demandas importantes sobre restauro e conservação que levaram Beatriz Coelho, com o apoio e a orientação do professor Edson Motta – importante restaurador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), na época diretor do Museu de Belas Artes, no Rio de Janeiro – a elaborar uma proposta inédita: a criação de um Curso de Especialização em Conservação e Restauração na Escola de Belas Artes da UFMG.

Desde então, o resultado da dedicação a este processo tem sido tão promissor e gratificante que Beatriz Coelho costuma comentar, com felicidade, que tem quatro filhos, mas que na verdade poderia dizer que são seis, porque ela inclui nesta trajetória as instalações do Cecor e do Ceib, o Centro de Estudos da Imaginária Brasileira, criado em 1996 com o objetivo de estimular estudos sobre obras de arte brasileiras e portuguesas conservadas em acervos no Brasil. Nesta entrevista, a professora Beatriz Coelho comenta o passo a passo de sua trajetória, as origens de seu envolvimento com as artes plásticas, sua aproximação com as obras dos estilos barroco e rococó em Minas Gerais e os grandes desafios relacionados à restauração e conservação do patrimônio histórico e artístico.

Como aconteceu sua aproximação com as artes plásticas? Quais são as experiências mais antigas sobre este assunto que permanecem em sua memória?

Beatriz Coelho – Primeiro, quero agradecer a você e a Cristina Ávila por terem me escolhido como entrevistada deste número da revista BARROCO, que Cristina tem continuado depois do falecimento do seu querido pai, Afonso Ávila, apesar de todo tipo de dificuldade que tem enfrentado. A revista BARROCO é de uma importância enorme para os estudos, não só do barroco, mas também do rococó no Brasil. Tenho praticamente todos os números, a maioria comprados em uma liquidação feita há muitos anos, pela Editora da UFMG.

Agora, vou responder à sua primeira pergunta: Desde pequena, em Recife, sempre gostei de desenhar. No colégio das Doroteias (Colégio de São José, criado pelas Irmãs de Santa Doroteia), onde estudei por muitos anos, era uma das escolhidas para fazer desenho para o álbum que seria oferecido à provincial italiana, quando ia visitar o colégio. Também estudava piano, que era minha principal ocupação. Fui aluna de Manoel Augusto, diretor do Conservatório

Pernambucano de Música em Recife e cheguei a tocar em audição no Teatro Santa Isabel. Tendo vendido meu piano para comprar outro melhor, e não tendo recursos suficientes, voltei a me dedicar ao desenho e à pintura, tendo sido aluna, ainda em Recife, na Escola de Belas Artes da Universidade de Federal de Pernambuco, em disciplinas isoladas, de Murillo La Greca, com o então assistente, Reynaldo Fonseca, de Lula Cardoso Ayres e de um bom professor de História da Arte, do qual não consigo lembrar o nome.

A experiência como aluna na Escola Guignard alterou a sua percepção sobre a obra de arte? Guignard, patrono da escola, além de criar obras marcantes, que permanecem em destaque na arte brasileira, também teve uma importância fundamental como professor...

Beatriz Coelho – Entrei como aluna da Escola Guignard em 1964, dois anos depois do falecimento de Guignard. Não tive, portanto, o privilégio de ser aluna dele. Fui aluna dos artistas que estudaram com ele, como Yara Tupinambá, Maria Helena Andrés e Wilde Lacerda.

O desafio que surgiu em 1976, para restaurar os murais pintados por Dakir Parreiras, pode ser apontado como um divisor de águas na trajetória da professora Beatriz Coelho?

Beatriz Coelho – Sim. Completamente. Foi dessas coisas que acontecem sem a pessoa esperar nem programar. Eu era vice-diretora da Escola e estava em exercício da diretoria, porque Yara, a diretora, estava nos Estados Unidos, quando um dia, Benedito Schimdt, secretário, me entregou um ofício do reitor, professor Eduardo Osório Cisalpino. No ofício, o reitor informava que tinham sido encontradas 13 pinturas de Antônio Parreiras, que estavam perdidas há muitos anos; que entrasse em contato com a diretoria do Patrimônio Histórico, para conseguir um técnico que orientasse os trabalhos de restauração e fornecesse uma lista de materiais necessários para o trabalho, que ele queria, fosse feito na EBA, Escola de Belas Artes da UFMG. Dizia também que a restauração deveria ter um sentido didático, com participação de alunos.

Era fácil, para mim, obter do diretor do Patrimônio Nacional em Minas Gerais, o arquiteto Roberto Lacerda, tudo isso, porque ele e a esposa, eram como irmãos, para mim e meu marido. Ele indicou o restaurador, Francisco Xavier Filho, o Ládio, que me forneceu a lista de material necessário. Tereza Apocalypse era a chefe do Centro de Extensão e se encarregou de todas as providências para o início dos trabalhos. Os alunos, porém, não se interessaram. Estavam na Escola para se prepararem para a vida artística criativa, e não para aprenderem a restaurar. Quem se interessou foram os professores: Álvaro Apocalypse, Jeferson Lodi, Maria do Carmo Vivacqua Martins (Madu), Jarbas Juarez, Júlio Espíndola e eu. Começamos acompanhar, a aprender e a participar dos trabalhos. Com o passar do tempo, alguns foram se afastando, tendo continuado apenas Jarbas, Júlio e eu. Como eram 39m² de pinturas sobre tela, aos poucos os alunos foram vendo e se interessando, chegando alguns a pedir para fazer estágio, mesmo como voluntários, sem receberem nada (Figura 1).



Figura 1 - Tela ao chegarem à Escola de Belas Artes

Sua atuação como professora de iniciação à gravura mudou e a senhora passou a trilhar um percurso como referência em trabalhos de restauração. Esta mudança foi apenas obra do acaso ou o tema da restauração já estava presente em sua formação?

Beatriz Coelho – Eu não conhecia nada de restauração e esse tema nunca tinha entrado nas minhas cogitações. As telas, como já foi informado aqui, eram coladas na parede com argamassa, um sistema que não se usa há muitos anos, e que se chamava de *marrouflage*. Elas tinham sido retiradas das paredes do Conservatório de Música pelo importante restaurador mineiro, Jair Afonso Inácio, enroladas na forma de tubos e guardadas umas sobre as outras. Com o passar do tempo e com o peso da argamassa, elas foram se achatando. Este foi um dos motivos para terem “desaparecido”, tendo sido encontradas, bastante tempo depois, em um dos depósitos da prefeitura do *campus* da UFMG. Pareciam telhas de amianto, apresentando também rasgos e sujidades (Figura 2). Quando vi aquelas telas – que na verdade estavam assinadas por Dakir Parreiras, filho do Antônio Parreiras – ficarem sem ondulações, os rompimentos sendo emendados e elas poderem ser admiradas outra vez, fiquei impressionada, me apaixonei pelo trabalho e aos poucos, foi deixando a gravura de lado.



Figura 2 - Ládio orientando os trabalhos de restauro

O professor Edson Motta, que foi diretor do Museu de Belas Artes, no Rio de Janeiro, é apontado com frequência como pai da restauração de obras de arte no Brasil. Ele teve participação no projeto para criação do Curso de Especialização em Conservação e Restauração na Escola de Belas Artes da UFMG? Quais foram os principais colaboradores nesta iniciativa?

Beatriz Coelho – O professor Edson Motta foi muito importante para a existência do curso de especialização, pois me forneceu os programas das disciplinas de Restauração de Pinturas e de Obras Sobre Papel, que ele e outros professores lecionavam na Escola de Belas Artes do Rio, e nomes de profissionais da restauração no Brasil que atuavam em seus estados e poderiam participar do curso: José Rescala, da Bahia (Figura 3); Maria Luísa Salgado, do Rio de Janeiro; Ado Malagoli, do Rio Grande do Sul; e Jair Afonso Inácio, de Minas Gerais. Fiz correspondências para cada um desses restauradores, dizendo que iria tentar obter recursos para um curso de especialização, se eles gostariam de lecionar aquela disciplina e se gostariam que continuasse como estava no programa ou se preferiam mudar alguma coisa. Todos responderam positivamente, com sugestões para alguma modificação. No Rio de Janeiro não havia nenhuma disciplina de escultura, mas convidei Jair Inácio e Ládio para ela. Convidei também o museólogo Orlandino Freitas Fernandes para apresentar uma parte teórica.

Na época, havia o Programa de Cidades Históricas, o PCH, dirigido pelo economista mineiro Henrique Oswald de Andrade. O PCH já funcionava para o Nordeste e começava sua atuação

no Sudeste. Em 4 de março de 1977 saiu a Portaria Interministerial Nº 19, destinando recursos para várias atividades ligadas à proteção do patrimônio, entre elas “a formação e capacitação de recursos humanos especializados a nível superior, intermediário e operário”. Foi isso que me fez vislumbrar a possibilidade de programar e enviar para análise, e possível aprovação, o curso de especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, que foi aprovado e teve início em abril de 1978 com aula de inauguração proferida pelo professor Édson Motta.



Figura 3 - Final da disciplina de Rescália

O barroco é uma questão incontornável da história, do patrimônio histórico e das artes no Brasil e, especialmente, em Minas Gerais. Como foi sua aproximação com o barroco? Aproveitando esta questão, o que pode ser apontado como diferenças marcantes entre o barroco do nordeste brasileiro, especificamente o barroco de Pernambuco, sua terra natal, e o barroco mineiro?

Beatriz Coelho – Minha aproximação com as obras dos estilos barroco e rococó em Minas Gerais se deu quando começaram a chegar, no pequeno ateliê da Escola de Belas Artes, depois de 1978, esculturas do Museu do Ouro, em Sabará. Antônio Joaquim de Almeida, seu diretor, enviou várias esculturas em madeira policromada que tinham caído do alto de uma estante do Museu, tendo ficado danificadas. Como o restaurador do Iphan, Ládio, estava orientando o trabalho de restauração das telas, ele as trouxe para restauro. Logo depois, recebemos uma

escultura da coleção Brasileira, enviada pela reitoria. Depois chegaram outras obras, esculturas e pinturas para restauração, proporcionando um convívio estreito com obras desses estilos.

Estou morando em Belo Horizonte há 63 anos e conheço mais as igrejas de Minas do que de minha terra natal, Pernambuco. Quando morava lá, ainda não tinha despertado o interesse pelo conhecimento e estudo das obras de arte religiosa. Há diferenças, sim, porque o ouro foi descoberto em Minas, no final do século XVII, provavelmente em 1796, enquanto Olinda existe desde 1535. Em Igarassu, município de Pernambuco, temos a igreja de São Cosme e Damião, a mais antiga do Brasil ainda conservada. Com a tomada da Capitania de Pernambuco pelos holandeses (1630-1654) e o incêndio de Olinda, muita coisa foi destruída. Entretanto lá foram construídos os conventos de São Francisco e do Carmo, os primeiros do Brasil, e o Mosteiro de São Bento, todos em Olinda. Eles receberam intervenções com o passar do tempo, mas têm obras de arte, os chamados bens móveis e integrados, que são do estilo barroco e do rococó. Há diferenças e semelhanças que não caberiam nesse espaço da entrevista, mas confesso que conheço mais os exemplares das cidades históricas mineiras do que as de Pernambuco.

O perfil dos alunos nas primeiras turmas do Curso de Especialização em Restauração e Conservação é muito diferente dos alunos da atualidade? Quais foram as principais mudanças?

Beatriz Coelho – Os alunos do curso de especialização no primeiro ano eram quase todos ex-alunos de Jair Inácio, e todos de Minas Gerais, com uma única exceção, uma aluna que veio de Vitória, no Espírito Santo. Todos tiveram bolsas de estudo do Programa de Cidades Históricas. Um caso interessante foi que recebemos como aluno um químico, que trabalhava no Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), e que posteriormente foi professor de Química no nosso curso. Quase todos tinham curso de graduação completo ou terminando, e tinham de trabalhar no Iphan ou em alguma instituição ligada ao patrimônio para serem aceitos. No caso do químico estudante, ele estava num projeto com o professor José Israel Vargas, sobre desinfestação de insetos em obras do patrimônio com utilização de energia nuclear. Ao começar o bacharelado, em 2008, eu já estava aposentada, mas participei da comissão que elaborou o projeto do curso. Tínhamos convivido, durante 20 anos, com alunos formados em artes visuais, arquitetura, química e história, e pensávamos que, no bacharelado, iríamos receber alunos muito jovens, de 17, 18 anos, sem ainda saber muito bem o que queriam. Mas na verdade muitos profissionais já graduados quiseram fazer o curso, que antes não existia no Brasil. Isso surpreendeu a todos os professores.

Como foi a trajetória da criação do curso até a criação do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, o Cecor?

Beatriz Coelho – O curso começou a funcionar em duas pequenas salas transformadas em ateliê, e um pequeno banheiro, no qual começamos a utilizar luz ultravioleta para exames de

obras de arte. As aulas teóricas eram dadas em salas da escola. Um dia, veio à EBA um casal de Brasília, amigo de dr. Henrique Oswaldo, trazendo umas peças para serem restauradas. Eu falei que dissessem ao dr. Henrique que o espaço estava muito pequeno para aos alunos e as obras, e que o ideal seria conseguirmos um espaço apropriado, um centro de restauração, no qual tivéssemos possibilidade de desenvolver ensino, pesquisa e extensão. Uma semana depois, dr. Henrique me telefonou perguntando “que história era essa de um centro de restauração?”. Eu expliquei e disse a ele que, na universidade, tínhamos espaço, arquitetos e engenheiros, mas não tínhamos recursos financeiros para a construção. Ele me respondeu que eu conversasse com o setor de arquitetura e planejamento que ele daria todo o apoio que fosse possível.

Em 1979 começou a construção, financiada pelo Ministério da Fazenda, através do PCH, e ele conseguiu para mim, com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), uma viagem de um mês para conhecer as estruturas e o funcionamento de centros de restauração existentes na América Latina. Estive no Centro de Restauração de Churubusco, na Cidade do México; no Centro Santa Clara, em Bogotá, na Colômbia; e o curso de restauração que funcionava em Cusco, financiado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia 5 de setembro de 1980 foi inaugurado pelo reitor da UFMG, professor Celso Pinheiro, o primeiro pavimento do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, o Cecor (Figura 4).



Figura 4 - Cecor – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais

E a criação do Centro de Estudos da Imaginária Brasileira, o Ceib? Quais foram os desafios para a concretização deste novo projeto? As publicações do Ceib estão disponíveis para consulta?

Beatriz Coelho – Depois de minha aposentadoria, em 1995, estava no Rio de Janeiro, quando recebi um recado, pelo professor Marcos Hill, que a professora de História da Arte, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, do Iphan, gostaria de conversar comigo. Fui conversar com ela, que me disse: “Beatriz, em tantos anos estudando a arte brasileira e percorrendo tantos lugares do Brasil, estou convencida de que a imaginária religiosa é a expressão artística mais autêntica e valiosa do Brasil. Precisamos criar um grupo de estudos, tipo o grupo do Barroco, que possa se interessar em desenvolver estudos e publicações sobre esse tema. O que você acha?”

Claro que achei muito boa a proposta, porque era exatamente o assunto das pesquisas que eu vinha desenvolvendo, inclusive recebendo Bolsa de Produtividade do CNPq. Fizemos uma reunião com um pequeno grupo durante um congresso da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (Abracor), em Ouro Preto, em 1996, e em 29 de outubro do mesmo ano, outra reunião no Museu Mineiro, aberta com uma conferência da professora Maria Beatriz de Melo e Souza, sobre a Imaculada Conceição. Assim foi criado, oficialmente, o Centro de Estudos da Imaginária Brasileira, o Ceib, que completa agora 26 anos de grande atividade, já tendo realizado 11 Congressos, publicado 76 números do “Boletim do Ceib”, sempre com artigos inéditos, e 11 números da revista “Imagem brasileira”.



Beatriz com Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira

Quais são os maiores desafios para a preservação do patrimônio artístico brasileiro? A senhora vê com otimismo o futuro desta questão?

Beatriz Coelho – Quando comecei a trabalhar com preservação do patrimônio, em 1976, portanto há 46 anos, quando se falava em preservação ou em patrimônio brasileiro, estava-se referindo aos bens históricos e artísticos, como bem o nome dizia: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Aos poucos, foi sendo usada também a expressão “bens culturais”. A constituição de 1988 ampliou muito esse conceito, passando a considerar patrimônio brasileiro os bens de importância histórica e artística, mas também o patrimônio ambiental e o imaterial. Foi um grande progresso obtido, mas ainda falta muito para tudo isso ser considerado um dever do Estado e uma obrigação de todos os brasileiros. A conservação preventiva, trazida como novidade em 1981 pelo francês e químico do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Iccrom), Gaël de Guichen, começou a ser considerada como essencial, pois com ela, se evita, dentro do possível, a deterioração dos bens do patrimônio. Foram criados cursos de conservação e restauração em várias universidades brasileiras: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Pará. Ainda foi não aprovada, entretanto, a regulamentação da profissão de Conservador/Restaurador no nosso país, e muitos trabalhos de restauração são feitos por pessoas sem formação técnica adequada nem critérios suficientes para intervir em obras únicas do nosso patrimônio. Isso é lamentável, pois muitas vezes causam danos irreversíveis em obras insubstituíveis.

Nota

- 1 **José Antônio Orlando** é jornalista, graduado pela UFJF, Mestre e Doutor em Literatura, História e Memória Cultural pela UFMG.